



FREGUESIA
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES

Município de Braga

PONTO 1

Ata n.º19/2016 – Mandato de 2013-2017

Assembleia de Freguesia de 04 de maio de 2017

Ata Número 19/2016

Mandato de 2013-2017

----- Aos 28 dias do mês de Dezembro de 2016, pelas 21H30, no Edifício do Pólo 1 da Freguesia de Nogueira Fraião e Lamações, sito na Rua da Fonte Seca, n.º1 – Fraião – 4715-137 Braga, Concelho e Distrito de Braga reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência de Carlos Eurico Dourado Teixeira Leite, com a assistência de Elisabete Pinheiro Teixeira, como Primeiro Secretário, e de Ana Daniela Oliveira Pereira, como Segundo Secretário.

----- **Maioria Legal.** – O Presidente da Assembleia comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença dos membros da **Coligação Juntos por Braga (PPD/PSD-CDS/PP-PPM)**, Hélder Duarte Pinheiro Teixeira, Anabela Pires Ribeiro Teixeira Romão e de Eduardo Filipe Barbosa de Araújo; do **Partido Socialista (PS)**, Alberto Barroso Afonso, Susana Rafaela Ferreira Leite, Teresa Maria da Silva Ferreira, Luís Carlos Ferreira Fernandes, em substituição de Francisco Augusto Martins Ferreira e Maria do Sameiro Gonçalves Peixoto, em substituição de Joana Maciel Ferreira da Costa; e da **Cidadania Em Movimento (CEM)** Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues.-----

----- Bárbara Seco de Barros, membro da **CDU** faltou e não foi substituída. -----

----- Apresentaram ainda pedidos de substituição os membros do **PS**: Maria do Sameiro Ribeiro Fernandes e Carlos Araújo Ferreira. -----

----- **O Presidente da Assembleia** de Freguesia abriu a sessão e no **período aberto ao público** perguntou se havia alguém interessado em fazer a sua inscrição para poder intervir. -----

----- Inscreveu-se o cidadão Manuel Pereira Silva, que se dirigiu à Junta de Freguesia para levantar as seguintes questões: -----

----- 1) Quis saber qual era o ponto de situação relativamente à repavimentação da Rua da Igreja e na Rua do Pinheiro (Lamações), pois todos os prazos anteriormente indicados já tinham sido ultrapassados e a obra continuava por concluir, mesmo depois de ter a indicação do Vice-Presidente da Câmara de que obra iria terminar no corrente ano; -----

----- 2) Perguntou quando é que, na Rua da Cangosta (Lamações), a iluminação pública era reajustada e eram colocadas as placas toponímicas pois, também estas situações tinham sido prometidas há muito tempo, mas até ao momento nada havia sido feito; -----

----- Terminada esta intervenção, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Junta que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e, em resposta ao cidadão Manuel Pereira Silva disse que, relativamente à primeira questão levantada, tinha estado reunida com o empreiteiro da obra e a Câmara de Braga e que na sexta-feira iria ser colocada a placa com a autorização do início dos trabalhos e a rua seria toda sinalizada, por forma a que obras se iniciassem na primeira semana de Janeiro. Continuou dizendo que o atraso dos trabalhos já havia sido explicado numa Assembleia anterior, e que inclusive se encontrava registado numa ata, sendo que o mesmo se prendia com um pedido de intervenção realizado pela Junta para a colocação de passeios e escoamento para as águas pluviais. Como estas obras não estavam previstas nos trabalhos iniciais, teve que se proceder à abertura de um concurso público e desta

forma, ao cumprimento dos prazos legais que lhes estão associados, para o regular cumprimento do mesmo. -----

----- Depois do primeiro esclarecimento apresentado pela Presidente da Junta, o cidadão Manuel Pereira Silva pediu novamente a palavra para dizer que as informações prestadas pela Presidente deveriam, também, ser prestadas através dos jornais, bem como a informação relativa à realização das Assembleias de Freguesia, pois a população tem o direito a ser informada. -----

----- A este apontamento, a Presidente da Junta disse que, no seu entendimento, não fazia sentido publicitar nos jornais a informação relativa aos prazos do concurso e ao seu cumprimento, até porque depois do atraso provocado pela alteração ao projeto inicial o processo estava a decorrer dentro da normalidade prevista, não havendo nada a apontar. Disse ainda que a situação era ingrata pois, se não publicita informação é censurada, mas se a tivesse publicitado iria ser criticada com alegações de que era desnecessária. -----

----- Prestado este esclarecimento, o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS**, disse que o comentário da Presidente era dispensável pois ela deveria apresentar respostas concretas às questões levantadas, e mais do que referir o que não fez ele estava interessado em saber que obras tinham sido feitas, concluindo que eram nenhuma. Esta atitude provocou várias reações efusivas, que terminaram com a intervenção do Presidente da Assembleia dizendo que, apesar da obra em questão já há muitos anos ser necessária, a verdade é que nunca nada tinha sido feito para que avançasse e que, só desde que o atual Executivo assumiu funções, é que se materializou. Disse ainda, ter conhecimento de que tem havido uma grande pressão do Executivo junto do Município para que isso acontecesse. Concluiu referindo que, apesar de todas as divergências surgidas, o importante era que a obra já estava adjudicada, iria começar em breve e haveria um prazo estipulado para ser concluída. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período Aberto ao Público e deu início ao **Período antes da ordem do dia**. Tendo-se dirigido ao Grupo Parlamentar do **PS**, perguntou se havia alguma questão a ser levantada e se haveria um porta-voz. A Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite respondeu que, na qualidade de porta-voz, não tinha quaisquer questões a levantar. Dando continuidade à sessão, o Presidente da Assembleia perguntou à Deputada do **CEM**, Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues, se queria intervir. A Deputada cumprimentou a Assembleia e disse que era com muita satisfação que nela participava, tendo pedido desculpa pelas suas constantes ausências, que justificou pelos seus afazeres profissionais. Disse nada ter a dizer neste momento porque, na sua opinião, entendia que a Freguesia estava bem, apesar de aceitar que houvesse quem assim não o entendesse. —

----- À mesma pergunta levantada ao Grupo Parlamentar da **Coligação Juntos por Braga**, o Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo disse que apenas gostava de fazer um pequeno apontamento acerca da “*poluição visual*”, mais concretamente no que respeita à quantidade de cartazes e reclames que aparecem, cada vez mais, por toda a freguesia. No seu entendimento, toda a freguesia é uma zona agradável para se viver mas é, cada vez mais, “inundada” com publicidade que se torna incomodativa. Disse, reconhecer que a mesma é uma fonte de receita

importante para o Município, mas pensa ser importante sensibilizar o Vereador Altino Bessa (responsável por esta área no Município de Braga) para este problema que, provavelmente tenderá a aumentar pois também tem havido um aumento de implementação de grandes superfícies na Freguesia. -----

----- A esta questão, a Presidente da Junta agradeceu a intervenção do Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo e disse concordar com ele. Informou que sendo uma competência legal do Município, lamentavelmente a Junta de Freguesia não é consultada. No entanto, disse que iria manifestar o descontentamento junto do Vereador Altino Bessa e apelar à sua sensibilidade para esta questão. -----

----- Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia antes de passar ao ponto seguinte, disse querer fazer um pequeno esclarecimento. Assim, explicou que a formalização dos pedidos de substituição dos deputados eleitos, decorrentes da necessidade de faltar a uma sessão da Assembleia, era algo que decorria quer da Lei geral, quer do Regimento da Assembleia de Freguesia. Dessa forma, solicitou o cumprimento do mesmo para que todos possam estar legalmente empossados dos lugares que ocupam, evitando-se desta forma a situação ocorrida numa assembleia anterior em que duas deputadas do **PS** (Maria do Sameiro Ribeiro Fernandes e Maria do Sameiro Gonçalves Peixoto) participaram na sessão, sem que os deputados que legalmente ocupavam os lugares, tivessem entregue o seu pedido de substituição, impedindo que, desta forma, possam participar na votação da ata da respetiva sessão.-----

----- Acrescentou ainda que, do que decorre da lei, para a elaboração dos documentos previsionais ora apresentados foi respeitado o *Estatuto do Direito de Oposição* na consulta dos grupos políticos com assento na Assembleia de Freguesia, para apresentação de propostas para integrarem o Plano de Atividades. Concluiu dizendo que, apesar desta consulta, não foram apresentadas quaisquer propostas. -----

----- A Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS** pediu a palavra para dizer que, no que respeita à matéria de substituições, desta vez os pedidos formais de substituição do seu grupo parlamentar haviam sido feitos com antecedência e que, até lamentava o facto de ter enviado, no dia anterior o pedido de substituição por e-mail do Deputado Francisco Augusto Martins Ferreira e na folha de presenças constar este nome em vez o do Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes (que assumiu o seu lugar). -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, passou de imediato à Ordem do Dia, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação e votação da Ata n.º 18 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2016** (DOC. 1 em anexo); -----

----- **Ponto 2 – Proposta n.º 1 – Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017** (DOC. 2 em anexo); -----

----- **Ponto 3 – Declaração de Autorização para celebração de contratos plurianuais relativos ao ano de 2017, em cumprimento da alínea c), do n.º1 do art.º 6.º da Lei 08/2012 de 21/02, com as devidas adaptações ao subsector Local de acordo com o art.º12.º do Decreto-lei 127/2012 de 21/06** (DOC. 3 em anexo); -----

----- **Ponto 4 – Proposta n.º 2 – Revisão Orçamental n.º 6 – Orçamento da Receita e da Despesa.** (DOC. 4 em anexo); -----

----- **Ponto 5 – Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia** (DOC. 5 em anexo); -----

----- **Ponto 6 – Outros assuntos.** -----

----- No **ponto 1** da ordem de trabalhos – **Apreciação e votação da Ata n.º 18 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2016**, o Presidente da Assembleia perguntou a cada um dos grupos parlamentares se queriam fazer alguma observação, e como todos responderam que nada tinham a dizer colocou este ponto à votação que foi aprovado com um total de 8 votos a favor (6 do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM** e 2 do **PS**) e 1 abstenção (**PS**). -----

----- Para que fique registado, dos restantes elementos presentes a Deputada Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues do **CEM** e o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** não votaram porque não estiveram presentes na sessão relatada na ata em votação; a Deputada Maria do Sameiro Gonçalves Peixoto do **PS**, conforme foi explicado anteriormente não pode votar porque apesar de presente não estava legalmente em exercício de funções. -----

----- Dando continuidade à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **ponto 2** da ordem de trabalhos – **Proposta n.º 1 – Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017**. Antes de se iniciar a abordagem a este ponto o Tesoureiro da Junta – João Marques - pediu a palavra para dizer que tinha assumido na última sessão da Assembleia de Freguesia que os documentos agora apresentados o seriam nos dois sistemas contabilísticos (**POCAL** e **SNC-AP**), porque a legislação impunha que a partir de Janeiro de 2017 se utilizasse o **SNC-AP** como sistema contabilístico nas Autarquias Locais. No entanto, como houve um adiamento da implementação deste sistema para Janeiro de 2018, disse que os documentos serão apresentados em **POCAL** (pois é o que se encontra em vigor). -----

----- Terminado este esclarecimento, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Junta que disse que o ponto em discussão apresenta as pretensões de atuação da Junta de Freguesia em 2017, e a informação de carácter económico e financeiro que sustenta essa mesma informação. Continuou dizendo que a prioridade do Executivo é a proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, a disponibilização de serviços que satisfaçam as suas necessidades materiais, culturais e sociais e a criação da melhoria das condições de vida para que haja satisfação em viver na Freguesia, tendo identificado 5 áreas de atuação (educação, cultura, desporto e lazer; ação social e cidadania; infraestruturas; conservação de espaços públicos e ambiente). Terminou dizendo que considera que o plano de atividades é explícito e de fácil leitura, pelo que se colocou à disposição dos deputados para esclarecimentos adicionais. -----

----- Terminada esta exposição, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Deputada Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues do **CEM**, que fez as seguintes observações: -----

----- 1) Disse que considerando que o orçamento da Junta é de um milhão de euros – e se assim se mantiver – ao abrigo do novo **SNC-AP**, a Junta de Freguesia passará a estar abrangida pela contabilidade financeira, pois deixará de ser uma micro entidade para ser considerada como uma pequena entidade. Disse ainda que, na qualidade de docente de

contabilidade e como responsável pela implementação das novas regras contabilistas no âmbito do SNC-AP, se colocava à disposição para colaborar com a Junta neste processo.-----

----- 2) Perguntou se a Junta tinha contabilista; -----

----- 3) Comentou que, em termos de análise, entende que o investimento (que representa 20% do orçamento) é baixo, tendo dito, no entanto, que o consegue entender no âmbito do enquadramento nacional atual, pois há uma canalização de verbas para as despesas correntes em detrimento das de capital. Relativamente aos investimentos, perguntou se as verbas canalizadas para os investimentos respeitavam a verbas próprias da Junta ou se havia comparticipação do Município; -----

----- Em resposta às questões levantadas, a Presidente da Junta respondeu: -----

----- 1) No que respeita à existência de um contabilista, disse que no quadro de pessoal da Autarquia há uma funcionária que é Técnica Superior e Contabilista Certificada; -----

----- 2) Relativamente às verbas disponíveis para investimento, disse que algumas são de fundos próprios da Junta, mas outras resultam de protocolos de cooperação com o Município, por delegação de competências. -----

----- Terminado o esclarecimento à deputada do **CEM**, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS**, que disse que depois de ter analisado o documento apresentado, queria um esclarecimento acerca das seguintes situações: -----

----- 1) No que respeita aos recursos humanos, e à semelhança do que já tem vindo a referir em assembleias anteriores, disse entender que 44 colaboradores são demasiados, que a estrutura do quadro de pessoal é excessiva que será mais adequada a uma Câmara Municipal e não de uma Junta. Neste âmbito, perguntou se a Junta tinha mesmo necessidade de ter 3 colaboradores na secção de informática e 2 na Divisão de Administração e Finanças; -----

----- 2) Perguntou qual era o ponto de situação relativo à requalificação do edifício escolar da EB1 de Nogueira, uma vez que a reivindicação surge no plano de intenções da Junta e já tem sido frisado, por diversas vezes, nas sessões das assembleias; -----

----- 3) No que respeita ao concurso da nova heráldica da Freguesia (que aparece consecutivamente desde o primeiro orçamento), quis saber qual a intenção da Junta; -----

----- 4) Sendo intenção da Junta adaptar as instalações do edifício sede para a criação de um *Balcão Único* (conforme está assumido no Plano de Atividades), perguntou de que forma é que essa situação estava prevista (onde e quando). Considerando que não se tinha conseguido negociar com o Rancho Folclórico de Nogueira a libertação dos espaços que ocupam, perguntou o que iria acontecer ao Rancho; -----

----- 5) Perguntou quando é que se avançariam com novas hortas urbanas, pois no plano de atividades só há a indicação da intenção de assegurar o funcionamento da já existente; -----

----- 6) Referiu, a título de reflexão, o baixo investimento em despesas de capital – que pela sua análise rondará os 19,45% da despesa total; -----

----- 7) Fez uma chamada de atenção para a obra “Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Lamações”, dizendo que havia uma “derrapagem” do valor considerado inicialmente;

----- 8) Disse ter constatado a existência de uma divergência na informação no documento das *Grandes Opções do Plano*. Assim na pág.26 no mapa "*Despesas Correntes – Orçamento de 2017*", na rubrica "*01.Despesas de Pessoal*" a percentagem associada é de 46% e na pág.28 no mapa "*Distribuição da despesa por rubricas orçamentais*" na mesma rubrica a percentagem é de 36,95%. Posto isto, disse que havia um erro e perguntou qual das percentagens é que estava correta; -----

----- 9) Perguntou, a que é que respeitava a rubrica "Outros Serviços" no valor de 108.309,95€ constante da pág.29 no documento das *Grandes Opções do Plano*; -----

----- 10) Disse que o **PS** não se revia no último parágrafo do texto constante da pág.30 do documento das *Grandes Opções do Plano* relativo ao "*Direito de Oposição*", pois apesar de efetivamente assumir que receberam com bastante antecedência a informação para apresentarem sugestões para integrarem o orçamento, disse ser seu entendimento que na realidade não são obrigados a fazê-lo, como tal o Grupo Parlamentar do PS não o fez. Não obstante, disse que essa tomada de posição não significa que haja convergência com as prioridades e objetivos traçados pela Junta. Disse que, estando a *Coligação Juntos por Braga*, a exercer as funções executivas é da sua competência apresentar as propostas de atuação, sendo da competência dos partidos com assento na Assembleia colaborarem com essa gestão, aprovando, ou não, as mesmas. Nesse sentido, disse que considerava o texto do parágrafo presunçoso e ofensivo, requerendo que fosse retirado do documento apresentado; -----

----- 11) No que respeita ao Mapa de Pessoal apresentado, disse ter tido muita dificuldade em entendê-lo, pois no preâmbulo do documento é feita a referência a 44 colaboradores, e o mapa de pessoal apresenta 42 e ainda faz referência aos postos de trabalho vagos, pelo que solicitou um esclarecimento acerca do mesmo. Ainda neste ponto, o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes disse que o mapa de pessoal apresentado estava mal feito e que deveria apresentar, anualmente, as necessidades de pessoal de acordo com as atribuições da entidade; -----

----- 12) Da análise comparativa com o orçamento de 2016, disse ter verificado algumas mudanças, assim solicitou esclarecimentos acerca de: -----

----- a) Diminuição do valor da rubrica 07.02.09. *Serviços específicos das autarquias*; -----

----- b) Do valor da segurança social do pessoal em regime de tarefa ou avença – perguntou se não eram os prestadores de serviço a suportarem esse custo; -----

----- c) Aumento do valor da rubrica 02.01.04. *Limpeza e higiene*; -----

----- d) Aumento do valor da rubrica 02.01.07. *Vestuário e artigos pessoais*, que para além do valor questionou acerca do que aí era incluído; -----

----- e) No orçamento da receita, na rubrica relativa às rendas constatou a existência de uma diminuição do valor, tendo perguntado a que é que se devia; -----

----- 13) Questionou se o valor de 58.449,00€ consagrado na rubrica 02.02.03.02. *Conservação de bens imóveis*, não deveria estar no Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- 14) No que respeita à rubrica 02.02.15.*Formação*, perguntou porque é que é considerado um valor de 1.200,00€ uma vez que no orçamento de 2016 foi criada com o valor de 90,00€. Disse ainda ter verificado que nos anos anteriores esta rubrica não aparecia. Sendo a formação obrigatória, perguntou se no passado ela não foi disponibilizada e se os 1.200,00€ eram suficientes para os 44 colaboradores; -----

----- 15) No que respeita ao PPI disse que, considerando que o documento deve refletir os investimentos desde o início do mandato até ao momento, não percebe porque a coluna do "Realizado" se encontra a zero em todas as obras. Disse ainda que lhe parece desadequado ter obras com um valor de 50,00€ (mesmo que seja para ter rubricas abertas). -----

----- As questões levantadas pela Deputada Susana Rafaela Ferreira do **PS** foram respondidas quer Presidente da Junta quer pelo Tesoureiro, assim: -----

----- A Presidente da Junta disse que: -----

----- 1) No que respeita à requalificação do edifício escolar da EB1 de Nogueira, o pavimento do recreio exterior da escola já sofreu uma intervenção e no próximo ano será feita uma intervenção no telhado (será retirado o vidro-cimento); -----

----- 2) Em resposta acerca da nova heráldica, disse que o processo ainda não tinha avançado porque o Partido Socialista dizia que iria anular as uniões de Freguesia e haveria a desagregação das freguesias tendo, inclusive, sido dito numa reunião da ANAFRE em Junho último, de que as próximas eleições já aconteceriam com essa realidade. Perante esta situação, ficou-se a aguardar o desenrolar da situação, sendo que é intenção da Junta avançar com este projeto se tudo se mantiver como está; -----

----- 3) Acerca da adaptação do espaço do edifício sede para acolher o *Balcão Único* e sobre o que irá acontecer ao Rancho Folclórico, a Presidente disse que tinha estado reunida com o Presidente do Rancho e que se está a tentar arranjar uma solução, não querendo, no entanto, avançar com mais nenhuma informação. Terminou dizendo que o espaço que está ocupado é necessário para se proceder a uma requalificação do edifício sede, mas que só se avançará quando se encontrar uma solução definitiva para o Rancho; -----

----- 4) Em resposta acerca da criação de novas hortas urbanas, a Presidente disse que esse projeto faz parte das intenções do Executivo e, para isso anda à procura de novos espaços públicos (em Lamações e Nogueira) que reúnam as condições necessárias para a sua criação, nomeadamente a existência de água de nascente; -----

----- 5) Ao comentário tecido acerca da obra "Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Lamações", a Presidente esclareceu não haver qualquer "derrapagem" mas apenas a existência de trabalhos a mais que não estavam contemplados no projeto inicial da obra (que inclusive já foram explicados na última Assembleia de Freguesia), e que não estando saldados à data da elaboração do orçamento, tiveram que constar como compromissos ainda a assumir em 2017; -----

----- Às questões levantadas o Tesoureiro da Junta respondeu: -----

----- 1) No que respeita à obra "Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes – Lamações", reforçou o que a Presidente já havia dito sobre a questão, acrescentando que irá

Ass
C/D

haver uma situação similar relativa à obra "Águas Pluviais Espírito Santo – 1.ª Fase – Nogueira" no valor de 13.855,01€. Terminou dizendo que, entretanto, durante a corrente semana as verbas foram regularizadas, pelo que este orçamento será sujeito a uma revisão (no próximo ano) nas rubricas em análise; -----

----- 2) Às dúvidas relativas à divergência de valores percentuais na rubrica de pessoal, disse que a primeira percentagem – de 46% – respeita ao peso que as despesas de pessoal assumem no âmbito das despesas correntes; a segunda percentagem – de 36,95% – reflete o peso das despesas de pessoal nas despesas totais (correntes e de capital); -----

----- 3) Explicou que a rubrica "Outros Serviços" no valor de 108.309,95€ constante da pág.29 no documento das *Grandes Opções do Plano* estava devidamente discriminada na pág.5 de 7 do documento "*Orçamento Inicial da Despesa*"; -----

----- 4) No que respeita ao Mapa de Pessoal, explicou que 44 são os colaboradores que hoje existem em exercício de funções (considerando todas as relações de vínculo laboral: contratos e avenças). Disse que 42 indicados no mapa de pessoal, são os desejáveis, considerando as funções e as atribuições da Junta de Freguesia, e que o mapa apresentado não sofreu alterações relativamente aos apresentados anteriormente; -----

----- 5) Das dúvidas resultantes da comparação dos orçamentos de 2016 e 2017, disse que: -----

----- a) A diminuição do valor da rubrica 07.02.09. *Serviços específicos das autarquias* deve-se, essencialmente, a uma quebra do valor inscrito nas refeições CAF – Participação das famílias, que está relacionado com o fato do custo unitário das refeições ter diminuído, na sequência do procedimento concursal (manteve-se a mesma qualidade nas refeições a um custo inferior); -----

----- b) Relativamente à segurança social do pessoal em regime de tarefa ou avença, explicou que quando o trabalho de um prestador de serviços é dirigido em 80% ou mais para uma única entidade, essa entidade tem que suportar 5% do valor pago a título de segurança social. Assim, a Segurança Social para além de receber mensalmente o valor entregue pelo trabalhador, recebe também um valor pago pela Entidade a quem presta serviços e esse é o valor se encontra na rubrica orçamental em questão; -----

----- c) No que respeita ao aumento do valor da rubrica 02.01.04. *Limpeza e higiene*, disse não haver uma explicação específica para aumento desta rubrica. Informou que os dados inscritos foram calculados com base na informação histórica realizada até setembro de 2016, e que a rubrica contempla as despesas em 6 escolas, 5 serviços de CAF, 3 edifícios administrativos e 2 pavilhões; -----

----- d) No que respeita à rubrica 02.01.07. *Vestuário e artigos pessoais* explicou que aí estão incluídas as batas dos funcionários das escolas e materiais utilizados pelos cantoneiros (luvas, botas, óculos de proteção, entre outros); -----

----- e) Relativamente à diminuição do valor das rendas esperadas: explicou que o ano passado a Junta tinha um espaço para alugar, que este ano não se encontra disponível por se encontrar lá montado um estaleiro de obra; -----

----- 6) Em resposta à pergunta sobre se o valor da rubrica 02.02.03.02. *Conservação de bens imóveis*, não deveria estar no Plano Plurianual de Investimentos, respondeu que são rubricas diferentes e esta visa a manutenção e pequenas obras de conservação dos edifícios (só sendo grandes obras é que são investimentos). Acrescentou que, no que respeita aos edifícios escolares, esta rubrica deriva da delegação de competências do Município; -----

----- 7) Em relação à verba da rubrica 02.02.15. *Formação*, disse que ela estava vocacionada apenas para os colaboradores do quadro de pessoal, e que ainda se estava a trabalhar nesta questão; -----

----- 8) No que respeita ao PPI, respondeu que as obras concluídas são retiradas do PPI anual, e as obras que aparecem com o valor de 50,00€ são uma manifestação política das intenções do Executivo para o 2017. -----

----- O Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga (PPD/PSD-CDS/PP-PPM)**, pediu a palavra para dizer que, no que respeita à questão acerca do “*Direito de Oposição*” apresentada pela Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS**, também a **Coligação Juntos por Braga** concordava com a posição assumida pela colega deputada, tendo também solicitado à Junta de Freguesia que fosse mais comedida nas suas apreciações e retirasse o último parágrafo do texto relativo ao “*Direito de Oposição*”. Acrescentou que este “direito” é a possibilidade atribuída aos deputados para contribuírem, que podem ou não exercê-lo, não estando, no entanto “obrigados” a fazê-lo. -----

----- Perante a posição da Assembleia, a Presidente da Junta, pediu a palavra para dizer que o último parágrafo em questão seria retirado do documento das *Grandes Opções do Plano*. -----

----- O Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS**, pediu a palavra para apresentar uma reflexão dizendo que da análise dos investimentos previstos verificou uma desigualdade na distribuição dos mesmos, dizendo que não fazia sentido a localidade de Lamações ter previsto apenas planos de intenções enquanto Nogueira e Fraião têm obras previstas para execução – obras essas que não entende, nem sabe a que respeitam – de elevado valor (tendo referido as obras de “Alargamento da Curva do Barral (Nogueira)” de 135.900,00€ e “Baía de Estacionamento na Av. Alfredo Barros (Fraião)” de 35.000,00€). Assumindo-se como pertencente à “freguesia de Lamações” e dela conhecedor, defendeu a desagregação de freguesias alegando que só dessa forma é que havia equidade. -----

----- A esta observação, o Tesoureiro da Junta pediu a palavra para dizer que a análise que o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** tinha feito não era correta, pois ela deveria ser feita, não com o orçamento previsional (cujas obras aí refletidas são as intenções da Junta mas nem sempre a sua execução é delegada na Junta) mas com os documentos da prestação de contas. A título de exemplo referiu a obra da Rua do Pinheiro com a Rua da Igreja (Lamações), que irá iniciar na próxima semana, e que é uma obra que vai custar 155.000,00€. -----

----- Ainda na sequência deste assunto, a Presidente da Junta pediu a palavra para dizer que o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** estava a ser injusto, que o trabalho executado e a preocupação da Junta pauta-se sempre por uma intervenção equitativa nas 3 localidades,

mas disse ser inegável que Nogueira tem uma área superior a Fraião e Lamações juntas, e que, por isso tenha mais áreas a necessitar de serem intervencionadas. -----

----- O Tesoureiro da Junta pediu, novamente, a palavra para esclarecer o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** acerca da obra da "Curva do Barral". Assim explicou que a obra em questão – que consta de todos os orçamentos apresentados – é uma obra que remonta ao Executivo do PS de Nogueira, tendo sido adjudicada 15 dias antes das últimas eleições autárquicas de 2013. Explicou que a forma como adjudicação foi feita, não permitiu, até ao momento a execução da obra pois para isso acontecer era necessário fazer 4 expropriações: que não foram feitas na altura, nem tão pouco tinha sido contemplada qualquer verba para que pudessem ser feitas. Concluiu dizendo que este Executivo herdou este problema e anda, há já quase 4 anos, a tentar chegar a acordos amigáveis para o resolver. -----

----- Terminada esta explicação, o Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga (PPD/PSD-CDS/PP-PPM)**, interviu dizendo que apesar de até aceitar que o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS**, mesmo não sendo o porta-voz do grupo parlamentar, tivesse exposto à Assembleia a sua reflexão acerca do seu entendimento no que concerne há forma como os investimentos são feitos na Freguesia, não podia aceitar que essa reflexão passasse para a ironia e para a provocação de respostas. Disse que a Freguesia é uma só (quer se goste ou não e quer se queira ou não), as localidades são vistas todas da mesma forma, o trabalho executado é um trabalho sério e desenvolvido de forma igual. Assim, se uma das localidades necessitar de uma intervenção mais imediata do que as outras, a prioridade deve ser-lhe cedida, sem que as outras possam, ou devam, sentir-se lesadas. Assumiu que as carências devem ser atendidas até serem supridas, e que os orçamentos devem viabilizar essas situações pelo tempo necessário e independentemente de se tratar de Nogueira, Fraião ou Lamações. Terminou dizendo que da próxima vez que o deputado quiser fazer considerações acerca das matérias, as faça de forma saudável e com uma atitude apenas de reflexão, livre de ironia e provocação. -----

----- Terminado o diálogo, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao porta-da-voz do grupo da Coligação Juntos por Braga, para que levantasse as questões que entendesse acerca do ponto em discussão – **Ponto 2 – Proposta n.º 1 – Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017**. Acerca desta matéria, o Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga (PPD/PSD-CDS/PP-PPM)** felicitou o Executivo pela Orçamento apresentado, dizendo que tem consciência que é muito ambicioso e o mais importante dos últimos 4 anos, por se tratar do último que encerra um ciclo de mandato. Disse que os documentos apresentados são transparentes e claros, mostrando uma grande tranquilidade de quem sabe o faz e nada tem a esconder. Disse concordar com a Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS**, no que respeita à forma como a informação por vezes é apresentada, tendo sugerido que fosse apenas aos documentos apresentados um pequeno organigrama de funções da Junta de Freguesia, de forma a se ter um melhor entendimento sobre as informações apresentadas. No que respeita às observações, já feitas pelos outros grupos parlamentares, relativas à distribuição das despesas (correntes e capital) disse fazer sentido ser apresentado uma informação adicional relativo ao

histórico e às tendências previstas, para que os deputados também pudessem ler e interpretar os números apresentados da forma como são entendidos pelo Executivo. Apresentou uma preocupação, dizendo que por vezes há a sensação de que o trabalho desenvolvido pelo Executivo é, em grande parte, absorvido pelo cumprimento de tarefas no âmbito dos protocolos celebrados, não cumprindo com outras tarefas próprias da Junta, inerentes da lei. A título de exemplo falou no desporto e no desenvolvimento de atividades desportivas com potencial e a favor população. Referiu ainda que, no seu entendimento, ao nível da comunicação também se deveria trabalhar de forma diferente, tendo reconhecido que havia atividades/programas no orçamento os quais desconhecia. Disse ser importantíssimo comunicar e fazer chegar às pessoas a atividade desenvolvida pela Junta, pois a freguesia é atípica, com várias realidades (desde pessoas muito enraizadas a outras que nem recenseadas estão, ou que, estando recenseadas não têm qualquer ligação com a freguesia). O trabalho de comunicação deve ser maior, pois estamos perante uma freguesia com uma dicotomia rural/urbana. -----

----- Terminadas estas observações, pediu um esclarecimento acerca do conteúdo (a origem dos valores) da rubrica 07.02.01.01. *Espaços nos Edifícios* (do Orçamento da Receita) com um valor de 8.335,68€, ao que o Tesoureiro da Junta respondeu que respeitava à cedência dos espaços (salas e salões nos edifícios da Freguesia) para a realização de aulas de música, ginástica, dança (entre outras). -----

----- Para concluir pediu ao Executivo que aceitasse as sugestões apresentadas, como por exemplo a análise de algumas rubricas da receitas com mais pormenor como a piscina, o bar VivoLocal, entre outras, para se conseguir perceber e analisar as mais ou menos valias da freguesia e permitir que os órgãos executivos e deliberativos vindouros possam continuar esse trabalho. -----

----- Depois desta exposição, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Executivo para que respondesse ao que havia sido dito. O Tesoureiro da Junta disse que gostaria de referir que:

----- No que respeita ao desporto, partilhava da opinião do deputado, até porque a Freguesia tinha todas as condições para o desenvolvimento de atividades desportivas, nomeadamente a gestão de 2 pavilhões gimnodesportivos e 2 polidesportivos, mas as iniciativas teriam que partir da sociedade civil e a Junta apoiaria. Referiu que não podiam obrigar as pessoas a organizarem-se em grupos e que todos os projetos (muito poucos e com pouca sucesso) que surgiram nesta área foram apadrinhados pela Junta. Disse que este Executivo não pretendia investir no desporto da forma mais tradicional conhecida (a injeção de uns milhares no clube de futebol da terra para o pagamento de prémios) mas que está disponível a todos os projetos. Referiu que um dos projetos apoiados é a Escola de Futebol para crianças, que utiliza o campo e as instalações da Caseta a título gratuito porque oferece a prática de futebol às camadas mais jovens da Freguesia, a título gratuito; -----

----- Relativamente à análise das receitas com mais pormenor, disse ser sua intenção, até ao final do mandato, aplicar a contabilidade analítica às contas da Autarquia pois, ele próprio sente essa necessidade. -----

----- Tendo por enquadramento a matéria do desporto, a Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS**, perguntou se a requalificação do campo de futebol situado no Barral conhecido como “*Campo de Futebol dos Maikes*” estava relacionada com alguma previsão de utilização esperada para o espaço. A Presidente da Junta esclareceu que esse campo era propriedade do Município e que pediu a sua doação para a Freguesia, na medida em que, efetivamente, já há alguns projetos pensados para o espaço, mas só possíveis se o espaço for da Junta. Disse que a doação já foi aprovada em reunião da Câmara mas terá que ser autorizada pela Assembleia Municipal. Concluiu, dizendo que, só depois desse processo concluído, é que apresentará à Assembleia de Freguesia os projetos para a sua utilização. -----

----- No seguimento do último ponto da intervenção do Tesoureiro, a Deputada Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues do **CEM**, disse que se sentia satisfeita pela necessidade da implementação da contabilidade analítica pois, a sua utilização, contribui para detalhar a informação. Continuou, sugerindo que os próximos orçamentos apresentem duas colunas com a informação – uma com a do ano em causa, outra com a do ano anterior – pois assim permitirá ao leitor interpretar com clareza as opções do Executivo, o que não é possível com a informação existente nos documentos atuais. Acrescentou ainda que, os orçamentos devem ser participativos e lamenta não ter contribuído com nenhuma sugestão, e acrescentou que, para além dos grupos parlamentares, também a população deveria poder contribuir pois só assim é que os anseios e as necessidades das pessoas são percebidos. Comentou ainda que, fica satisfeita com a eliminação do último parágrafo acerca do “*Direito de Oposição*”, pois concorda com tudo o que foi dito. -----

----- A Presidente da Junta pediu a palavra para dizer que, no que respeita à auscultação da população, a Junta da Freguesia, todas as sextas-feiras de cada mês realiza atendimento ao público (em regime de alternado e rotativo em cada uma das localidades) e, como se encontra em regime de permanência, diariamente atende as pessoas na Sede da Freguesia, em Nogueira, tentando assim, ouvir e responder às necessidades sentidas. Disse ainda que gostaria que a população aderisse mais estas iniciativas, nomeadamente à participação nas assembleias, mas reconhece que não é um problema específico da nossa freguesia, mas de todas. -----

----- Não havendo mais nada a acrescentar nem esclarecimentos a proferir, **Ponto 2 – Proposta n.º 1 – Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017** foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 6 votos a favor do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 abstenção **CEM** e 5 votos contra do **PS**. -----

----- Dando seguimento à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **Ponto 3** – da ordem de trabalhos – ***Declaração de Autorização para celebração de contratos plurianuais relativos ao ano de 2017, em cumprimento da alínea c), do n.º1 do art.º 6.º da Lei 08/2012 de 21/02, com as devidas adaptações ao subsector Local de acordo com o art.º12.º do Decreto-lei 127/2012 de 21/06*** – e passou a palavra ao Tesoureiro da Junta que disse que este ponto se consignava a uma obrigação legal, e que para além da aprovação do orçamento é preciso haver uma autorização específica prévia da Assembleia de Freguesia que lhe permita assumir os compromissos plurianuais relativos aos compromissos apresentados nas Grandes

Opções do Plano para o ano económico em questão. Não havendo questões a levantar, este ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 7 votos a favor do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM** e do **CEM** e 5 votos contra do **PS**. -----

----- Dando seguimento à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **ponto 4 – Proposta n.º 2 – Revisão Orçamental n.º 6 – Orçamento da Receita e da Despesa**, e passou a palavra ao Tesoureiro da Junta que explicou que esta revisão respeita a uma obra (Adro da Igreja de Lamações) no âmbito da delegação de competências do Município e justificou a necessidade da sua inscrição no orçamento de 2016 pelo facto de no orçamento inicial ser inexistente. Não havendo dúvidas a esclarecer, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 7 votos a favor do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM** e do **CEM** e 5 votos abstenções do **PS**. -----

----- No **ponto 5 – Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia**, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Junta, que iniciou a sua intervenção dizendo que, apesar de os Deputados já terem as informações escritas na sua posse, as iria ler para que o público presente tivesse conhecimento delas. Assim, passou a ler o DOC. 5 (em anexo), na qual está descrita a informação relativa à atividade da Junta de Freguesia no período entre 30 de Setembro (última sessão da Assembleia de Freguesia) e o presente dia. -----

----- Para além da informação indicada no DOC.5, a Presidente da Junta informou que tinha estado numa reunião na Câmara Municipal e tinha sido informada acerca de um projeto para a requalificação da ciclovia que se inicia em Fraião (junto ao seminário do espírito santo) e termina em Lamações (junto ao Hotel de Lamações). Neste projeto serão eliminadas algumas barreiras que representam um perigo para quem utiliza a ciclovia e esta será prolongada até à Universidade do Minho. -----

----- Após este esclarecimento, e não havendo mais nada a acrescentar, passou-se ao **Ponto 6 – Outros assuntos** e o Presidente da Assembleia perguntou aos presentes se queriam analisar mais alguma questão que não tivesse sido apreciada anteriormente. -----

----- A Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS**, pediu a palavra para solicitar um esclarecimento à Junta de Freguesia acerca do motivo de transferência da colaboradora Isabel Gomes, dos serviços administrativos para a CAF da EB1 de Nogueira. -----

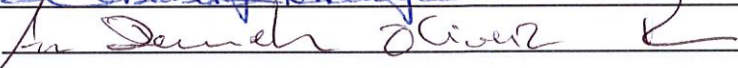
----- A esta questão, o Tesoureiro da Junta respondeu que a categoria profissional da D.Isabel Gomes é *Assistente Operacional*, como tal ela pode ser destacada para qualquer um dos serviços da Junta desde que exerça funções na sua categoria profissional. A esta observação, a Presidente da Junta acrescentou que a colaboradora (que se encontrava adstrita ao Pólo 2 – Lamações) faltava muito por motivos de assistência a uma filha (que tem vários problemas de saúde). Considerando que a situação começou a ficar complicada, porque efetivamente as faltas eram frequentes e ela encontrava-se sozinha em Lamações, procurou-se uma solução que servisse a Junta e, em simultâneo, a colaboradora. Assim, depois de se conversar com ela, decidiu-se a sua transferência para um serviço onde houvesse mais funcionários que pudessem assumir as suas funções sem que o serviço ficasse inoperacionalizado. A funcionária concordou com a decisão da Junta, e nunca se opôs a ela. -----

----- Ainda antes de terminar a sessão, a Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite do **PS**, sugeriu, à semelhança do que o Deputado André Mato a já havia sugerido numa Assembleia anterior, que a Presidente da Junta em vez de ler a atividade da Junta para o público ouvir, distribuísse essa informação no início da sessão para que este tivesse conhecimento. A esta sugestão, a Presidente da Junta disse que o conhecimento da atividade da autarquia é um direito que assiste ao público e que ela não dispensava de o prestar oralmente. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Assembleia pediu a aprovação da ata em minuta, agradeceu a presença de todos, desejou votos de festas felizes e próspero ano novo, e deu por encerrada a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, da qual se lavrou a presente ata, constituída por 14 páginas e 5 documentos anexos, devidamente numerados e rubricados pelo Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Assembleia de Freguesia.-----

----- Presidente: -----

----- Primeiro Secretário: -----

----- Segundo Secretário: -----